

ROSEMARI LINDA GROTT

A EDUCAÇÃO DOS IMIGRANTES ALEMÃES

MACAPÁ

2003

ROSEMARI LINDA GROTT

A EDUCAÇÃO DOS IMIGRANTES ALEMÃES

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista no Curso de Pós Graduação em Psicopedagogia, realizado pelo Instituto Brasileiro de Pós Graduação e Extensão (IBPEX).

Orientador: Wanderley Vieira Paris Junior

MACAPÁ

2003

INSTITUTO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação em Psicopedagogia,
realizado pelo Instituto Brasileiro de Pós Graduação e Extensão (IBPEX).

Conceito:

- A = Aprovado
- B = Aprovado
- C = Aprovado
- D = Insuficiente (Reprovado)

PROF. _____

WANDERLEY VIEIRA PARIS JUNIOR

“O que Joãozinho não aprende João não aprenderá mais”

(Epígrafe de “O mais novo livro de abecedário e leitura para a Colônia de São Leopoldo, 1832”). (HJ, 1924, p.410).

Dedicatória

A mim, por ter acreditado no meu sonho e tê-lo
concretizado.

Agradecimentos

A “Fundação Dr. Blumenau” pelo rico material fornecido. Em especial a Willy Setter e Guertha Setter que, como meus primeiros educadores, me descortinaram a língua, o gosto pela leitura e as tradições alemãs.

SUMÁRIO

Resumo.....	P. 08
Introdução.....	P. 09
I –O Iluminismo e a Educação.....	P. 11
1.1 O surgimento de novas concepções.....	P. 11
1.2 Influências do Movimento na Educação.....	P.11
1.2.1 Na Alemanha.....	P.11
1.2.2 Em Portugal.....	P. 12
1.2.3 No Brasil.....	P. 14
1.3 A vinda da Família Real ao Brasil.....	P. 15
1.3.1 As primeiras reformas de D. João VI.....	P. 15
1.3.2 A descentralização do Ensino Elementar e Secundário.....	P. 16
II-A chegada dos imigrantes alemães.....	P. 19
2.1 A política da imigração: Brasil-Alemanha.....	P. 19
2.2 O desconhecido X dificuldades.....	P. 20
2.3 O primeiro professor diplomado.....	P. 22
III-A multiplicação das escolas.....	P. 24
3.1 A desproporção entre o número de alunos e escolas.....	P. 24
3.2 A criação e a implantação das escolas.....	P. 26
3.3 Material didático.....	P. 36
IV-Análise crítica.....	P. 40
Considerações finais.....	P. 42
V- Referências bibliográficas.....	P. 44

RESUMO

O movimento iluminista veio acompanhado de idéias liberais e a educação também foi alvo destas proposições. Vários foram os países que se envolveram neste movimento. Em Portugal, as reformas do Marquês de Pombal, com a expulsão dos jesuítas, atingiram também o sistema educacional brasileiro. D. João VI, instalando-se no Rio de Janeiro, apoiou a cultura e estimulou, também, a imigração de povos europeus para o sul do país. A partir de 1850, o vale do Rio Itajaí começou a receber os primeiros imigrantes alemães. A sistematização do conhecimento passou a ser um fato preocupante entre os imigrantes. A falta de um lugar apropriado e de profissionais capacitados fez com que, algum colono “mais instruído”, passasse a exercer a função de professor nas casas das famílias. Fernando Ostermann foi o primeiro professor diplomado que veio à colônia, dando início às atividades educativas. Era mantido por verbas disponibilizadas pela Província e inicialmente, agregou-se a uma família, para ter os primeiros contatos com a língua portuguesa, pois o ensino desta era obrigatório. A carência, tanto de locais como de pessoas qualificadas, fez com que as famílias se unissem para custear uma pessoa da comunidade para exercer a profissão de professor. O primeiro material didático foi improvisado, sendo posteriormente adquirido em São Leopoldo (RS), colônia alemã mais desenvolvida. Com o movimento nacionalista de Getúlio Vargas, as escolas étnicas foram fechadas, proibidas de lecionarem na língua alemã, e poucas foram reabertas tendo o português como língua única.

INTRODUÇÃO

Durante a permanência da família real no Brasil, a sociedade luso-brasileira, principalmente a da capital do império, desfrutava de várias regalias intelectuais e culturais, das quais, a grande maioria da população estava alheia. Em Santa Catarina, o analfabetismo no século XIX, chegava a 80%. Foi neste contexto sócio econômico e cultural, que D.João VI, através do decreto lei de 16/03/1820, convidara os povos alemães, a integrarem a corrente colonizadora do sul do país. (SCHNEIDER, 1983, p.121).

Quando aportaram em terras brasileiras, as dificuldades aqui enfrentadas, não intimidaram os conquistadores, pois a preservação da cultura somada ao forte sentimento religioso, serviram de mola propulsora para o sucesso do empreendimento.

A educação formal para seus filhos, passou a ser uma preocupação, vez que, ela deveria proporcionar os requisitos básicos, para viverem em uma sociedade, que iria exigir uma escolaridade compatível com a história cultural dos seus antepassados. (KREUTZ, 2000, p.355). Além da ausência total da ação governamental, quanto à criação de escolas, o ponto crítico estava na figura do próprio educador que, por lei, teria que ministrar aulas também em português.

Diante desta situação problema, o trabalho visou investigar como ocorreu a implantação das escolas e o processo educativo das crianças da colônia de imigrantes alemães do Vale do Rio Itajaí Açu.

A relevância está na possibilidade de se confrontar, a pesquisa bibliográfica com o testemunho de pessoas que, ainda hoje, apesar do peso da idade, se dispuseram, com grande interesse e vivacidade a relembrar, nos seus longínquos tempos de infância, do banco escolar. Fatos estes que, timidamente, são explorados nos livros da nossa história da educação.

Os primeiros livros didáticos foram improvisados pelo professor, pois, encomendá-los da Alemanha pelo ônus gerado, inviabilizaria o seu custo final, não podendo também, se ignorar a preocupação que havia entre os imigrantes, no sentido de adequarem a vivência infantil com a nova realidade social.

No presente estudo, vale salientar a ocorrência de vários movimentos sociais, políticos e educacionais que ocorreram, quer isoladamente na Alemanha e Brasil, como simultaneamente nos dois países, que marcaram e influenciaram na implantação do sistema educacional teuto-brasileiro.

Sendo assim, os objetivos específicos deste trabalho são:

- Contextualizar a imigração dentro do momento sócio-político econômico mundial no século XIX.
- Descrever as alternativas apresentadas.
- Analisar criticamente os dados referenciais encontrados.

Para a efetivação deste trabalho, os dados foram obtidos, diretamente dos arquivos da “Fundação Casa Dr. Blumenau” e da “Biblioteca Municipal de Blumenau”, A obtenção dos mesmos, exigiu a presença da pesquisadora *in loco*, por se tratar de documentos, muitos deles, de teor e valor históricos. Os relatos foram, da mesma forma, obtidos por agendamento prévio e colhidos na residência dos idosos, na cidade onde a pesquisa foi realizada. Este momento da pesquisa revestiu-se de um significado especial: os entrevistados ficaram visivelmente emocionados, não só por poderem colaborar, mas principalmente por saberem que, aquilo que construíram com sua jornada existencial, hoje já faz parte da história. A pesquisadora não passou incólume por este momento, a par dos laços de sangue e de reviver a saga dos seus ascendentes, teve o privilégio de acessar o testemunho vivo, daqueles que, viveram e construíram um momento histórico do nosso país.

A somatória destas informações veio dar corpo à pesquisa/estudo, como será evidenciado no decorrer de cada capítulo.

CAPÍTULO I

O ILUMINISMO E A EDUCAÇÃO

1.1 O surgimento de novas concepções

Iluminismo, movimento que se opôs ao teocentrismo medieval e ao absolutismo, fazendo com que as idéias liberais calcadas no racionalismo e na revolução científica, viessem a aguçar o espírito crítico do homem, como ser social. Recebeu várias denominações, como: “O século das luzes”, do “Iluminismo” e da “ilustração” ou “*aufklärung*”.

A liberdade, incluindo o credo e a igualdade entre os homens nos seus direitos sociais, foram aspectos que fortaleceram os ideais iluministas. A razão era a razão de tudo. O homem passou a querer conhecer a natureza, para depois dominá-la. As transformações advindas deste momento histórico foram de grande relevância e a sua propagação abrangeu os vários setores da sociedade, como: a economia, a política, a educação, a religião, e as artes. .

Em países como a Prússia, Áustria, Rússia e Portugal, nos quais o absolutismo ainda persistia o movimento foi denominado de Despotismo Esclarecido, porque os reis, influenciados pelos ideais iluministas, diluíam os poderes absolutos do seu governo, repassando ao povo, uma imagem de racionalidade e segurança.

1.2. Influências do movimento na Educação

1.2.1 Na Alemanha

Lutero, no séc. XVI, ao traduzir a Bíblia do latim para a língua alemã, motivava a alfabetização e a educação elementar da Alemanha, passou a ter uma atenção diferenciada.

Foi Frederico I quem admitiu a necessidade de investir de forma mais generalizada no sistema de ensino. Quem ficou incumbido da reconstrução, sobretudo na Prússia, foi Humboldt, ministro de Frederico II, o Déspota Esclarecido. Ambos, tanto Frederico I como Frederico II, naquele momento histórico “... têm a clara intenção de

alcançar os fins políticos do engrandecimento do Estado pela educação”. (ARANHA, 1996, p. 126).

As reformas de Humboldt são direcionadas a uma unificação dos graus de ensino, sendo a escola o local onde todos tivessem o direito e acesso à formação geral.

Vários foram os intelectuais, que pela sua atuação, influenciaram a reformulação do ensino. Pestalozzi teve a sua colaboração na escola elementar, partindo da idéia de que o povo não deve ser simplesmente ser instruído e sim receber a formação completa, para alcançar a plenitude do seu ser.

Froebel contribuiu direcionando seus estudos, para a educação infantil, fundando os *Kindergarten* (jardins de infância). Alegava que os primeiros anos de uma criança são de fundamental relevância para a formação futura do homem. Para ele, o lúdico caracterizado tanto pelo jogo, como pelo brinquedo, apresentava um aspecto funcional importantíssimo para o desenvolvimento sensório - motor.

No nível secundário, o ensino continuava com características humanísticas, mas, uma outra opção, foi a criação da *Realschule*, uma escola técnica que ensinava matemática, ciências naturais, mecânica e trabalhos manuais. Esta criação foi uma inovação para a educação naquele contexto histórico, pois as escolas profissionais começaram a preparar seus alunos para áreas diversas, como o comércio, agricultura, e a iniciação para a indústria. Em 1810, a Universidade de Berlim veio simbolizar a nova era cultural da Alemanha.

1.2.2. Em Portugal

O poder português, também foi influenciado pela moderna concepção de Estado, momento em que, o capitalismo avançava definindo uma nova ordem social, e uma de suas características era a exclusão da igreja, no exercício do poder político e ou administrativo (Doutrina da Laicidade). Pombal, tendo o apoio do rei, foi a pessoa escolhida para dar início a estas transformações, nas quais as reformas educacionais, que vieram substituir o ensino jesuítico, tiveram três objetivos específicos: a centralização da educação pelo Estado; formação de um currículo único e a secularização da educação. O resultado e o sucesso inerentes nestes objetivos

visavam como coloca KENNETH, "... proporcionar aos filhos da nobreza as habilidades profissionais necessárias para o governo ou para o serviço militar". (1996, p. II4).

As reformas econômicas tinham a nítida intenção de colocar Portugal numa posição de destaque, entre as nações mais desenvolvidas da Europa. E, estas atividades empresariais advindas do comércio e da indústria, trariam o desenvolvimento que Pombal tanto almejava. Foi criado um novo imposto, o qual financiaria todo o sistema escolar, incluindo o salário dos professores. Este montante provinha da arrecadação da produção do vinho e da aguardente de Portugal.

As bibliotecas que se encontravam sob o poder dos jesuítas, nos colégios e conventos e cujos livros foram confiscados por ocasião de sua expulsão, serviram de base, juntamente com outros volumes literários, para o acervo da primeira Biblioteca Nacional Pública de Portugal.

As principais mudanças no sistema educacional ocorreram no ensino superior, com a reforma da Universidade de Coimbra, onde o próprio Pombal supervisionou as obras, reinaugurando-a, com a modernização das faculdades de teologia, de direito e medicina. Mentor destas reformas, Pombal foi influenciado por filósofos como Luis Antônio Verney e Antônio Genovesi através de suas obras "Verdadeiro Método de Estudar" e "Instituições de Lógica", respectivamente. Segundo SANTOS RIBEIRO, objetivando que: "... um maior número se interessasse pelos cursos superiores, propiciar o aprimoramento da língua portuguesa, diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica, torná-los os mais práticos possíveis". (2000, p.33).

Assim, é notório que o ensino superior, foi o centro da reforma educacional do Marquês de Pombal, enquanto o ensino médio e elementar foram deixados em segundo plano.

1.2.3. No Brasil

A vinda da Companhia de Jesus para o Brasil supriu vários aspectos importantíssimos para a metrópole, uma vez que, os religiosos desempenharam múltiplos papéis: missionários, educadores e colonizadores. Como missionários, foram as primeiras pessoas que além de catequizarem a população local (os indígenas) transmitiram-lhes uma outra cultura, língua e hábitos alimentares.

Sob o prisma da educação, os jesuítas foram os fundadores das primeiras escolas no Brasil, implantando assim, o ensino sistemático com, currículo, material didático e humano preparado e analisado pelo “*Ratio Studiorum*”. Como educadores, a sua principal função foi a de preparar os filhos dos colonizadores, alfabetizando-os e instruindo-os a serviço do clero e da nobreza. A colonização também coube a eles, uma vez que, ao redor de seus educandários, devido a sua ação comercial, logo surgiram as primeiras vilas e cidades. Com a saída destes religiosos de todos os domínios portugueses, por imposição de Marques de Pombal em 1758, o sistema educacional brasileiro, ficou desestruturado e a mercê de um número insuficiente de professores régios e de pessoas “ditas” capacitadas para exercerem a função pedagógica.

Marquês de Pombal, Secretário de Estado dos Negócios do Reino do Rei D. José I, influenciado pelos ideais do iluminismo e com objetivo de impulsionar, recuperar e modernizar a economia e a cultura portuguesa, implantou as “Reformas Pombalinas”, que incluíam o sistema escolar, tanto da metrópole como das colônias. Como a educação no Brasil estava, na sua grande maioria atrelada ao sistema jesuítico, as reformas não foram significativas.

Lembrando, BANHA DE ANDRADE, In KENNETH, que ao se referir às reformas educacionais, afirmou:

Assim como muitas das medidas de Pombal, os experimentos iniciais ocorreram no Brasil. Em 1758 o irmão de Pombal introduziu o sistema diretivo para substituir a administração secular dos jesuítas ali onde o controle jesuítico sobre as aldeias indígenas havia sido abolido pelos decretos reais em 7 de junho de 1755. Os diretores deveriam ocupar os lugares dos missionários e duas escolas públicas deveriam ser estabelecidas em cada aldeia indígena, uma para meninos e outra para meninas. Aos meninos se ensinaria a ler, escrever e contar, assim como a doutrina cristã, enquanto as meninas, em vez de contar, aprenderiam a cuidar da casa, costurar e executar outras tarefas “apropriadas para esse sexo”. Os diretores, diferentemente dos missionários, deveriam impor as crianças indígenas o uso do português e proibir o uso de sua própria língua. (1996, p.104).

Sabe-se, que tais proposições não se efetivaram e a criação de escolas públicas só ocorreu depois da descentralização do ensino, quase um século após. As aulas implantadas foram denominadas de aulas “régias” ou “avulsas”, pois eram aplicadas nas casas das fazendas, aos filhos de seus proprietários, que pelas posses poderiam custeá-las. Outra situação favorável aos filhos da burguesia, era a possibilidade de continuarem e terminarem os seus estudos em Portugal, principalmente pela incrementação do ensino superior, proporcionado por Pombal.

Com a vinda da família real para o Brasil, vários foram os incentivos e investimentos na área educacional, uma vez que no Brasil, as deficiências eram muito grandes nesta área.

1.3. A vinda da Família Real ao Brasil

1.3.1. As primeiras reformas de D. João VI

A coroa portuguesa instalando-se no Rio de Janeiro necessitaria de um complexo aparato humano para atender as exigências que a nova sede do reino exigia. Deparam-se diante de um problema seríssimo da colônia: a falta de qualificação humana, para o bom andamento, tanto na área burocrática como para a própria demanda pessoal dos novos habitantes da sede. A ausência de instituições profissionalizantes provava a precariedade do atual sistema escolar e da carência destes profissionais capacitados, surgindo assim às primeiras preocupações relacionadas com as medidas a serem tomadas e futuras criações.

Referente a estas reformas, a autora ARAÚJO FREIRE faz a seguinte colocação:

Assim, foram criadas as cadeiras, posterior e gradativamente transformadas em cursos e faculdades de medicina, odontologia, cirurgia, engenharia civil, obstetrícia, agricultura, farmácia, desenho, pintura, escultura, arquitetura civil, economia política, matemática, química, história, desenho e música, localizadas em diversas vilas da Colônia. Estava instituído o ensino superior profissionalizante no Brasil. (1993, p. 49).

Várias foram as realizações, tanto para acabar com o grande vazio cultural que a colônia se encontrava, como para atender as reivindicações dos próprios intelectuais da corte. Dentre elas, podem ser citadas:

- O primeiro jornal do Brasil. A Gazeta do Rio de Janeiro em 1808 com a criação da Imprensa Régia.
- A primeira biblioteca pública do Brasil, hoje a Biblioteca Nacional, com 60 mil volumes trazidos por D. João.
- O Jardim Botânico do Rio (1810), no qual eram feitos estudos de Botânica e Zoologia.
- Museu Real que mais tarde passou a ser o Museu Nacional. Iniciou o seu acervo com material doado por D. João VI, como também por naturalistas estrangeiros.
- Academia Real da marinha em 1808 e a Academia Real Militar em 1810 foram o núcleo precursor das forças armadas do Brasil.

Em consequência da ampliação dos Serviços Públicos e do setor administrativo, o mercado exigiu um acréscimo quantitativo das aulas do curso elementar e secundário. A fundação do Colégio de Caraça, em 1820 em Minas Gerais, pelos padres lazaristas portugueses, foi um exemplo no ensino elementar e secundário. Seguindo os moldes jesuíticos, estes religiosos vieram a convite do próprio D. João VI e vários foram os intelectuais e governantes brasileiros que passaram nos bancos desta instituição.

1.3.2. A descentralização do Ensino Elementar e Secundário

Apesar das grandes inovações no campo educacional, implantadas por D. João VI, continuavam as irrisórias aulas avulsas que, além de serem onerosas aos cofres públicos, tinham um resultado ínfimo, pois além da precariedade do local, que na maioria das vezes era na casa do próprio educador, ou nas fazendas, um professor ensinava poucos alunos.

E como cita FARIA FILHO, referindo-se ao momento histórico do iluminismo: “Como componente central desse ideário estava a idéia da necessidade de alargar as possibilidades de acesso de um número cada vez mais de pessoas às instituições e práticas civilizatórias”. (2000, p. 140).

Com a independência, a educação passou a ser vista como um fator importante para o desenvolvimento do país. O imperador, para amenizar o grande índice de analfabetismo, decretou a criação da Escola de Ensino Mútuo, na qual o método lancasteriano prometia a solução para tão grave problema social. Consistia de uma multiplicação e difusão do conhecimento através dos próprios alunos e como coloca CHIZZOTTI, na criação de "... uma escola de ensino mútuo em cada província e para isso, cada uma delas deveria enviar um soldado que aprenderia o método na capital e, voltaria como mestre e propagador do mesmo na província de origem". (1996, p. 36).

Os defensores do método alegavam várias vantagens, entre elas, um custo e tempo menor para o processo alfabetizador e a expansão da instrução às classes desfavorecidas socialmente.

A constituição outorgada em 1834, em seu conteúdo, referia-se a educação em dois parágrafos do artigo 179.

§ 32 – A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos;

§ 33 – Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes.

Em 15 de outubro de 1827, o projeto que estava tramitando foi transformado em lei e determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras e escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas. O resultado não foi satisfatório, a lei de 1827, falhou pela falta de profissionais qualificados, remuneração insatisfatória e locais inadequados, para o funcionamento das atividades escolares.

Quanto ao método lancasteriano, SUCUPIRA cita o relatório de 1833 do Ministério do Império: "... este método não tem apresentado aqui as vantagens obtidas em outros países; por esta razão o governo está disposto a não multiplicar as escolas onde se ensine por este método, enquanto as existentes não se aperfeiçoarem". (1996, p. 59).

O Ato Adicional de 1834 descentralizava o ensino elementar e secundário, repassando esta responsabilidade e ônus às províncias, logo a instrução primária gratuita garantida a todos os brasileiros ficaria aos encargos das autoridades provinciais.

A descentralização para a grande maioria das províncias foi um desastre, vez que, dentro dos seus recursos não estava contemplada a educação. E ela (a descentralização) foi responsabilizada pelo atraso da educação elementar e secundária, durante todo o período que delimitou o império.

CAPÍTULO II

A CHEGADA DOS IMIGRANTES ALEMÃES

2:1 A política da imigração; Brasil e Alemanha.

A revolução industrial fez com que artigos industrializados tomassem conta do mercado europeu, tornando obsoletos os produtos manufaturados e a decadência dos artesãos, foi inevitável. O "cotton" inglês (tecido de algodão) desbancou o rústico linho alemão, tanto no preço, como na possibilidade de manter o padrão de qualidade do artigo. A Alemanha ainda não estava constituída como uma nação e sim em pequenas repúblicas, algumas não passando de cidades-estado, como Hamburgo, Bremen etc.

A constante situação de guerras, ora do Rei da Prússia, ora do Imperador da França, ambos querendo expandir o seu território; a escassez da terra para a agricultura e a crise causada pela industrialização inglesa; foram aspectos que influenciaram diretamente para que um grande número de imigrantes dos povos alemães, dirigissem-se ao Novo Mundo. (Brasil e Estados Unidos).

Com a Abertura dos Portos às nações amigas, em 1808, o Brasil que já vinha tendo relações comerciais com cidades alemães e "... o convite de D. João VI, emitido em 1820, mediante Decreto Real, conclamando os povos de fala alemã: Vinde povoar o Brasil", (SCHNEIDER, 1983, p. 159), incentivou a imigração principalmente para o sul do país, onde iriam colonizar, desenvolver e povoar esta região. Este povoamento tinha um propósito especial, situar-se longe do trio que movia o trabalho no Brasil: O Engenho, o Senhor e o Escravo. O alemão pela própria natureza, tinha repugnância à escravidão.

Os interesses fundiram-se, por um lado o Brasil, querendo receber povoadores alemães e pelo outro, empresários hamburgueses desejando incrementar as trocas comerciais com os brasileiros, surgindo assim a "Sociedade de Amparo ao Imigrante Alemão no Sul do Brasil". Esta instituição foi encarregada para agilizar a documentação necessária, bem como à orientação aos imigrantes em relação aos pertences que deveriam trazer. Representando esta sociedade, veio ao Brasil, para a escolha e delimitação do local do assentamento o Dr. Herman Blumenau, (fundador da cidade que levaria seu nome). Foi com o governo da Província de Santa Catarina, no final da

gestão do Marechal Antero José Ferreira de Brito, que o fundador conseguiu uma área de mata virgem, no Vale do Rio Itajaí, onde ainda reinava o valente índio botocudo.

Costumava-se fornecer ao emigrante alemão que deixava sua terra natal, uma declaração afirmando perante o Chefe de Polícia da cidade ou outra autoridade equivalente, sua partida. Este documento também o isentava do serviço militar, em uma eventual guerra.

A grande maioria dos estados germânicos não concordava com a emigração e Bismarck, presidente do Ministério da Prússia, assim se colocou a respeito:

Ein Deutscher, der sein Vaterland abstreift wie einen alten Rock, ist für mich kein Deutscher mehr, ich habe kein landsmannschaftliches Interesse mehr für ihn. (Um alemão, que despe a sua pátria, assim como se desfaz de uma roupa velha, para mim ele não é mais alemão, eu não o considero mais meu patrício, não defenderei mais os seus interesses). (Schneider, 1983, p. 187).

Este grande número de retirantes, tanto para os Estados Unidos como para o Brasil, causou um déficit de mão-de-obra na lavoura pois a classe predominante entre os emigrantes era de lavradores, cujo ideal era, na a abundância de terras, garantir o futuro dos seus filhos, não temendo nem as dificuldades nem o desconhecido que estava por vir.

2.2 O Desconhecido x Dificuldades

Como é de conhecimento histórico, as grandes massas emigratórias são cíclicas e produto de dois grupos de dois fenômenos bem característicos: um que atrai, outro grupo que repele.

Os fatores atrativos para os Estados Unidos, eram muito mais interessantes que para o Brasil. O trajeto era menor, conseqüentemente a passagem mais barata, e pelas transações comerciais serem mais intensas, os navios eram maiores, mais confortáveis e mais freqüentes.

Os lavradores alemães na América do Norte tinham colocação direta nas grandes plantações de algodão, enquanto que no Brasil iriam desbravar terras completamente desabitadas. O sentimento de abandono pátrio, o medo do desconhecido e as dificuldades acima descritas atrapalharam muito a vinda dos alemães para o nosso país.

Apesar de todos os infortúnios, em junho de 1850, zarparam rumo a América do Sul, no veleiro Emma & Louise, partindo do porto de Hamburgo, algumas famílias e mais alguns homens, que no total somaram dezessete pessoas. De toda travessia, o momento mais incômodo foi a passagem pela linha do Equador, local em que os ventos diminuíram e como canta Ronny, relatando uma calmaria, "*Kein Win in die Ziegel uns trieff* ,(Nenhum vento para acertar nossas velas) . (tradução minha) .

Chegaram ao porto do Rio de Janeiro e desta vez, embarcando num barco a vapor, seguiram para a Província de Santa Catarina (Desterro). De lá, alcançaram o "estabelecimento" de Belchior, às margens do rio Itajaí-Açu. Neste povoado incipiente, onde famílias alemãs já estavam instaladas, tomaram balsas que os levaram rio acima, até chegarem, em 2 de setembro de 1850, às terras prometidas por Dr. Blumenau.

Esperavam os imigrados, encontrar uma infra-estrutura que já lhes proporcionasse uma acolhida razoável. Tal fato não ocorreu, pois Hackradt, sócio do Dr. Blumenau, alegando dificuldades diversas, não executou as obras que serviriam de moradia e apoio aos novos colonos. Estas dificuldades foram superadas com muita galhardia, e outras tantas estavam por vir: enchentes, que destruíam as plantações incipientes, as agruras do desbravamento da floresta virgem e a ferocidade dos ataques indígenas, que muitas baixas deixaram entre os novos colonizadores.

José Ferreira da Silva expõem a situação muito claramente quando se reporta aos primeiros colonos e as atribuições do fundador:

...agora em meio à uma natureza rodeada de surpresas e perigos, quase insulados do resto do mundo, ignorantes da língua e dos costumes do povo com quem iriam conviver. Tudo estava praticamente por fazer e os recursos disponíveis eram dos mais precários. Ergueram novos ranchos, fizeram derrubadas e plantações e procuravam por todos os meios aliviar o fundador das preocupações de que se via sobrecarregado. (1988, p. 34).

A esperança de dias melhores e a confiança no potencial da nova terra foram alentos significativos para o enfrentamento de tantas adversidades.

2.3 O PRIMEIRO PROFESSOR DIPLOMADO

No Brasil, por ocasião do convite de D. João VI aos povos alemães, a religião oficial era a católica, e quem não a professasse era considerado herege, como os judeus, que estavam aqui foragidos da Espanha e Portugal em razão da inquisição.

Os dezessete primeiros imigrantes que acompanharam o Dr. Blumenau eram todos protestantes luteranos e partindo desta premissa, pode-se avaliar o sentimento de abandono que invadia a intimidade espiritual de cada um. Não encontraram nem local nem líder religioso que lhes suprisse as necessidades da alma. Tendo se apercebido de tal necessidade, tão logo o primeiro barracão foi concluído, o fundador passou a reunir a nova comunidade e fez às vezes de pastor.

Dois anos após a chegada dos primeiros colonizadores, o número de novos imigrantes foi significativo. Entre eles estava Fernando Ostermann, que viria a ser o primeiro professor diplomado da nova colônia e quem daria início às atividades educativas. Inicialmente, ficou junto a uma família como mestre de seus filhos. Este primeiro contato foi muito importante para familiarizar-se com a língua portuguesa, requisito tido como obrigatório pelo Governo da Província para atuar como mestre de primeiras letras. Atendendo a esta imposição, e custeado pela família amiga, Ostermann deslocou-se para a capital da Província, (Desterro) para o aperfeiçoamento da língua portuguesa.

Em 1855, o fundador, através de seguidas reivindicações às autoridades provinciais, conseguiu a criação de uma escola pública para o sexo masculino. Ostermann foi nomeado seu professor e lecionava nas duas línguas simultaneamente. Seu salário anual foi fixado em 120\$000 (cento e vinte mil réis) e prestou juramento perante a Câmara de Porto Belo, a qual as terras de Blumenau estavam jurisdicionadas.

Segundo relatório do próprio Dr. Blumenau um ano depois, “a freqüência à escola tivera andamento regular e próspero”, mas sabe-se que a distância entre os moradores e a falta de meios que agilizassem esses encontros, foram aspectos que muito dificultaram o desenvolvimento da educação sistemática na colônia.

A passagem do professor Ostermann pela colônia foi fugaz. Acometido, ainda na Europa por uma moléstia que lhe tiraria a vida, veio a falecer em 1857, deixando, como professor de escola pública, um legado de amor e dedicação ao ensino. O pastor que ministrou a cerimônia fúnebre de Ostermann foi também o seu substituto. Esta situação perdurou até a indicação, pela Província, de um novo professor para a colônia. O designado foi Vitor von Gilsa.

CAPÍTULO III

A MULTIPLICAÇÃO DAS ESCOLAS

3.1 A desproporção do número de alunos e escolas

Apesar das inúmeras campanhas contrárias, nas quais se alegava que as propagandas sobre a colônia de alemães no sul do Brasil eram enganosas, os imigrantes continuavam a chegar e os lotes para posse dos novos proprietários cada vez se distanciavam mais do *stadtplatz* (sede da colônia). As famílias instalavam-se em suas terras e a agricultura de subsistência era o objetivo inicial. Os afazeres domésticos avolumavam-se tanto, que o descanso e o lazer, pouco faziam parte do cotidiano e as crianças eram as grandes prejudicadas.

Em “Memórias de uma Imigrante”, Maria Schürmann Huber, reporta que: “... na colônia, também uma moça fazia todo tipo de trabalho, mesmo os pesados, que deveriam ser só dos homens - como rachar lenha... (Blumenau em cadernos, julho 1996, p. 199)”.

O distanciamento entre os lotes, a falta de escolas e de professores, fizeram com que o imigrado inventasse o “Professor Ambulante”. Esta alternativa foi a reação e solução encontradas para as inúmeras reivindicações do fundador à Presidência da Província, solicitando escolas e estradas.

A Sr.^a Huber relata também que:

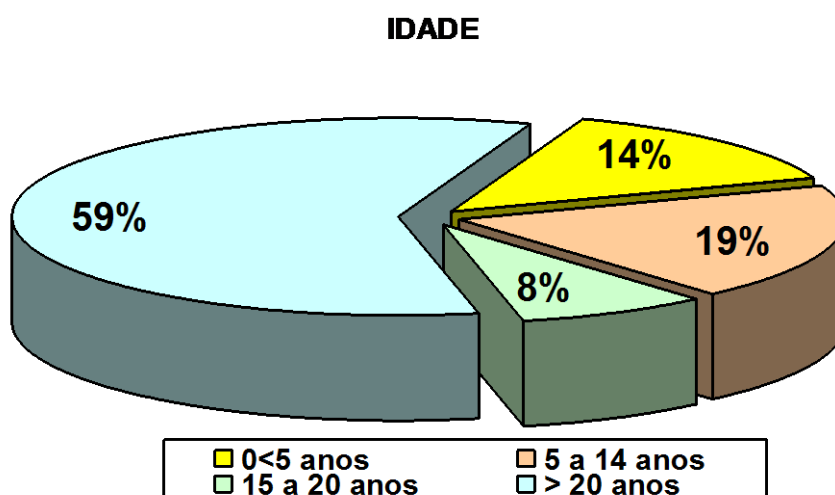
Quando adolescente, já aqui no Brasil, também aprendi português com o padre que celebrava o culto, primeiro em alemão, depois em português (os sermões). Durante certo tempo tivemos também um professor em casa, (o Sr. Stratmann), Mas como só tínhamos vizinhos alemães, falar em português era difícil. (Blumenau em cadernos, julho 1996, p.198).

O Professor Ambulante, partindo da iniciativa privada, foi o grande precursor da escola particular. O Estabelecimento fundado pelo Dr. Blumenau estava preste a comemorar dez anos de existência, e continuava com apenas uma escola pública de primeiras letras para o sexo masculino, cujo professor era Vitor von Gilsa. O Pastor Hesse, para atender a população jovem, passou a lecionar matemática, geografia, história e um curso de línguas.

Segundo relatório da colônia em 1859, em relação à população total (958 habitantes), o número e percentagem de pessoas abaixo de vinte anos estavam assim divididos: 132 crianças com menos de 5 anos (14%); 181 crianças entre 5 e 14 anos (19%) e 80 jovens entre 15 e 20 anos (8%).

GRÁFICO

NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DE 20 ANOS



Fonte: História de Blumenau, J. F. da Silva, p. 54.

Pelos dados, não é possível conferir o número exato de crianças que ainda estavam em idade pré-escolar (abaixo de cinco anos), mas sabe-se que o número de pessoas abaixo de vinte anos (41%), chegava a ser quase a metade de toda a população.

Sendo assim, constata-se que a demanda era muito maior que a oferta e medidas urgentes teriam que ser tomadas, tendo em vista que o atual Presidente da Província, João José Coutinho realmente não oferecia apoio, duvidando até mesmo do sucesso do empreendimento.

3.2 A criação e a implantação das escolas públicas e particulares

O ensino elementar e a alfabetização estavam caminhando para o quinto ano, sob a precária atuação de colonos mais instruídos que, fazendo às vezes de professores, ensinavam as crianças, onde 2 ou 3 famílias se agrupavam. Não foi diferente com o Prof. Fernando Ostermann, que se agregou à famílias, ficando mais de 2 anos para familiarizar-se, com a língua portuguesa, tornando-se cidadão brasileiro naturalizado, requisito necessário para se tornar um mestre de 1ª letras. Em 23 de junho de 1854 prestou juramento perante a Câmara de Porto Belo, oficializando a educação sistemática na região. Assim foi criada a primeira escola pública, embora, tenha sido somente para o sexo masculino. O salário do professor era custeado pela Província.

O pastor Oswaldo Hesse, dois anos mais tarde veio para alentar espiritualmente aqueles que fossem evangélicos. Os atos religiosos eram celebrados em um anexo do barracão dos imigrantes, local que também era utilizado para o ensino do alfabeto às crianças de ambos os sexos. A educação dos jovens também estava sob a mira do fundador, e para tal, o pastor Hesse criou um curso de línguas, matemática, geografia e história. Poucos foram os alunos que freqüentavam estas aulas, uns, da própria colônia e outros vinham de povoados localizados ao longo do rio. As preocupações de ambos concentravam-se em repassar aos filhos dos imigrantes uma educação "... nos limites traçados pelos austeros princípios morais em que ambos haviam sido educados na velha pátria". (SILVA, 1988, p.238).

Em 1857, o Prof. Ostermann veio a falecer. Seu substituto foi Vitor von Gilsa, nomeado em 1858 para a direção da única escola de Blumenau.

Algumas determinações foram baixadas, em 1859, através do Regulamento da Instrução Primária, e certamente a única escola pública foi seguidora das mesmas. Como exemplo cita-se:

O ensino durava quatro anos. No primeiro, as matérias constavam de conhecimento do alfabeto, junção de sílabas e formação de palavras; escrita e contabilidade primária. No segundo: leitura, pontuação, escrita de frases em bastardo, bastardinho e cursivo (tipos de letras), algarismos e taboadas; 1.ª e 2.ª operações com números inteiros. No terceiro: leitura em prosa e verso, com pontuação e cadência; escrita de definições de aritmética e gramática; terceira e quarta operações de números inteiros, pesos e medidas brasileiros, moedas. No quarto ano: gramática, regras decoradas e análise; caligrafia cursiva apurada; frações ordinárias e decimais, complexos e proporções. Os alunos do 1º e 2º anos tinham três horas de aula por dia; os dos dois seguintes, seis. Os professores eram obrigados a receber, como

discípulos, todas as pessoas que lhes fossem apresentadas, exceto os cativos e os afetados de moléstias contagiosas; não poderiam expulsar nenhum dos matriculados sem autorização de Presidente da Província e nem poderiam castigar os discípulos com mais de seis palmatoadas, e as discípulas com mais de duas, não se admitindo outros castigos corporais. Eram dias feriados nas escolas públicas: os domingos, dias santos, os de festa nacional, os sábados à tarde, os dias entre 8 de dezembro a 6 de janeiro e da quarta-feira de trevas até Segunda de Páscoa. Eram de festa nacional os dias 25 de março, 7 de setembro e 2 de dezembro (aniversário do Imperador).

O artigo 17 do regulamento rezava: Nos sábados, levarão os professores os seus discípulos católicos à Missa, havendo-a em distância conveniente e lhes ensinarão o modo de ajudar e ouvir a doutrina cristã. (SILVA, 1988, p. 239).

A colonização foi se intensificando e a demarcação dos lotes foi se distanciando do marco inicial. As áreas para a agricultura ficaram intercaladas de lotes menores, onde seriam fixados os artesãos, comerciantes, médicos, farmacêuticos e postos avançados da direção colonial, bem como terras destinadas à construção da escola, igreja e cemitério. A população crescia espontaneamente ao redor destes povoados e conseqüentemente as crianças em idade escolar também, encontrando-se numa porcentagem bastante alta, o que instigou a necessidade da criação de novas escolas, com ou sem o apoio financeiro do Governo da Província. Os imigrantes, que compunham os próximos grupos que aqui aportaram, tinham uma escolarização de nível médio a superior e em hipótese alguma, poderiam imaginar seus filhos afastados do ambiente escolar. O Governo da Província demonstrava-se indiferente à construção de novas escolas, envio de professores capacitados e verbas para o custeio de ambos, apesar dos insistentes apelos feitos oficialmente pelo Dr. Blumenau. Perante tal problema, todos sabiam qual seria a solução imediata e a médio prazo. A educação sistemática aos filhos dos imigrados teria que ser de caráter particular.

Em relatório que o fundador fez ao Governo Imperial no ano de 1862, observou que: “As dificuldades consistem na construção dos necessários edifícios e em acharem-se indivíduos que reúnem as indispensáveis garantias morais, com a prática e o conhecimento da língua vernácula e a alemã, visto que as crianças entendem somente esta”. (SILVA, 1988, p.241).

As crianças em idade escolar ultrapassavam o número de 500 e em 1863 as duas primeiras escolas particulares começaram a funcionar, uma na Itoupava Seca sob a regência do Dr. Guilherme Eberhard e a outra, do Garcia sendo o Prof. Hermann Westendorff, o responsável. Logo a seguir outras duas surgiram e 114 crianças já freqüentavam às 5 escolas primárias. A escola pública para as meninas também foi criada e o número de alunas foi bastante significativo desde o início. Com uma ínfima participação do Governo Imperial, o prédio que abrigaria as instalações da escola, foi

construído, sendo o salário do professor custeado pela própria comunidade e o terreno sempre já estava destinado para este fim. Assim, as escolas particulares, dirigidas pela *Schulgemeinde* (Comunidade Escolar), foram as grandes responsáveis pela alfabetização dos filhos dos imigrantes.

SILVA, em relação à criação das escolas, afirma que: “Onde quer que, pelo interior da Colônia, os colonos se encontrassem em grupo capaz de poder sustentar um mestre para seus filhos, organizavam-se em sociedades e, ... punham mãos à obra na construção do respectivo prédio... guardando, geralmente, distância de oito a dez quilômetros entre uma e outra escola”. (1988, p.242).

O fundador, Dr. Blumenau, preocupado com abusos que viessem a acontecer, deixando o ensino ao critério dos professores e das comunidades escolares, organizou, em forma de estatutos, as bases pelas quais estas sociedades educacionais deveriam sustentar-se.

“Estatutos das escolas particulares na Colônia de Blumenau”.

§ 1.º Os moradores na Colônia Blumenau, em distritos distantes mais de uma légua da escola pública de primeiras letras, ajuntam-se para, nos distritos respectivos, organizar escolas particulares de instrução primária para seus filhos nas matérias pela lei ordenadas.

§ 2.º Membros das respectivas sociedades são todos os proprietários, sejam homens ou viúvas, que pela subscrição destes estatutos declararão aceitá-los, sendo depois obrigados a sujeitar-se a todas as conseqüências legais de violação de contrato.

§ 3.º A obrigação de cada membro de qualquer destas sociedades é, pelo menos, por um ano; os que entram numa das sociedades no decurso do ano escolar, obrigam-se não só para o ano corrente, mas também para o seguinte, mesmo se os filhos não freqüentarem a escola.

§ 4.º Para o estabelecimento, a organização e conservação das escolas particulares precisava-se, em primeiro lugar, de meios pecuniários para a construção de casas sólidas que contenham, além de uma sala, que deve servir para o ensino, alojamento conveniente para o professor e mais o pagamento para o professor, para a compra dos utensílios e livros mais necessários. Estes meios pecuniários devem ser adquiridos uma vez por jóias da entrada e outra vez por contribuições mensais fixadas segundo as necessidades.

§ 5.º A sociedade fica representada por um diretório de três membros eleito por maioria absoluta dos sócios, na assembléia geral e pelo tempo de um ano. Elegíveis são todos os sócios que têm idade de, pelo menos, trinta anos e boa reputação. O diretório deve cuidar, quanto for possível, de todos os interesses da sociedade, convocar assembléias gerais e entender-se com o professor em tudo que toca ao seu magistério; por isso, deverão todos os sócios com desejos ou queixas recorrer ao diretório e não ao professor. No fim de cada ano

escolar, deve o diretório convocar uma assembléia geral e tem o direito de fazê-lo logo que julgar necessário; fica, porém obrigado a convocar uma assembléia geral ordinária, logo que for requerida numa petição subscrita por, pelo menos, dois terços dos membros da sociedade. Cada assembléia geral deve ser publicada ou por editais afixados em lugares mais públicos, por circular e pelo menos quinze dias antes da assembléia aprazada.

§ 6.º A sociedade nomeia, por maioria absoluta, um dos sócios de sua confiança para servir de coletor das jóias da entrada e mensalidades e este tem de pagar ao professor o ordenado que lhe foi concedido. O coletor será também obrigado a denunciar ao diretório os restantes das contribuições estabelecidas a fim de poder proceder judicialmente contra eles.

§ 7.º As contribuições mencionadas devem ser pagas ao coletor de antemão; o professor porém, deve receber seu salário no fim de cada mês.

§ 8.º O coletor deve servir pelo tempo de um ano e receber uma gratificação correspondente às despesas e empenhos havidos. Se for demitido, há de prestar contas ao diretório, e o mesmo durante o seu exercício quinze dias depois de avisado.

§ 9.º Para ser professor numa das escolas particulares deverá o pretendente mostrar que é maior de vinte e um anos, de bons costumes e que sabe ensinar nas matérias prescritas pela lei. Quanto à instrução na religião, o professor deverá restringir-se aos princípios fundamentais e doutrinas do Cristianismo que são comuns para todos os credos e congregações, de maneira que fique excluído o que é exclusivamente privativo de um outro credo ou congregação.

§ 10.º O pretendente para o ofício de professor particular ficará para tal fim, contratado por maioria absoluta dos membros da sociedade.

§ 11.º Fica reservado às assembléias gerais dos sócios de mudar ou aumentar os presentes estatutos, caso assim se tornar necessário, mas sempre com consentimento da diretoria desta Colônia. (SILVA, 1988, p.243-244).

As escolas públicas, totalizando duas até aquele momento, eram insuficientes para o número de alunos, filhos de colonos nacionais, que não podiam freqüentar as escolas particulares, uma vez que, na sua maioria, o ensino era ministrado em alemão. Situação esta, que também dificultava e muito a propagação da língua portuguesa entre as crianças, pois os professores das escolas públicas tinham como requisito, o conhecimento da língua vernácula, enquanto que os da escola particular, normalmente contratados na Alemanha, desconhecendo assim, o português não tinham acesso a escola normal, para familiarizar-se com ela.

Depois de duas décadas e meia da fundação, o número de escolas cresceu muito, totalizando vinte e cinco e destas, vinte tinham recebido auxílio governamental

para a construção das mesmas e um repasse mensal de 15\$000. Infelizmente não tinham sido implementadas mais escolas públicas, e as duas existentes representavam só 8% do total. Mas com este repasse mensal, a direção da Colônia de Blumenau pode instalar uma comissão fiscalizadora, tanto nos métodos de ensino, como nas próprias sociedades escolares, dando o devido destaque ao ensino do vernáculo.

Padre José Maria Jacobs, tinha vindo a Blumenau para ser o vigário da Colônia e em 1877 fundou o educandário Escola de São Paulo. Inicialmente era destinada ao ensino religioso católico e o das primeiras letras. Mais tarde ampliada, abrigava um pensionato para meninos do interior. Lecionava-se língua e literatura portuguesa, língua e literatura alemãs, geografia, história geral e do Brasil, história natural, desenho, matemática, contabilidade, canto e o ensino superior de religião. A parte também se ensinava: piano, violino, inglês, francês, latim, grego e trabalhos manuais para meninas e moças, mediante pagamento extra. Vários anos mais tarde quando aqui chegaram, os padres franciscanos assumiram a direção tanto da escola quanto da paróquia.

Pelo interior do município as escolas comunitárias (cerca de noventa), continuavam sendo implantadas, como também continuava a insistência do Dr. Blumenau ao presidente da Província quanto à criação de novas escolas públicas. Estas destinadas, principalmente aos filhos de colonos nacionais, sugerindo inclusive penas severas aos pais que não matriculassem seus filhos, como por exemplo, “pena de prisão a pão e água por três dias”.

A fusão de duas escolas particulares, localizadas na sede, deu origem a “*Neue Schule*” (Escola Nova). Ambas já ministravam aulas para um nível de alunos além do primário e por serem protestantes, seu dirigente passou a ser o pastor da Comunidade Evangélica Hermann Faulhaber. A escola recebia um subsídio anual do governo alemão de 1000 marcos e do governo provincial de Santa Catarina 4800\$000 réis.

Esta escola, pela competência e compromisso de seus professores e pela eficiência do ensino ministrado, equiparou-se as “*Realienschule*” alemãs, a ponto que, os alunos que completassem as seis classes do seu programa, estavam aptos a matricular-se nas Faculdades de Ensino Superior da Alemanha.

A Escola de São Paulo, reservada ao sexo masculino, sob a direção dos padres franciscanos também impulsionou o ensino, expandindo o seu prédio, mudando

seu nome para Colégio Santo Antônio, tornando-se assim, forte concorrente da Escola Nova pelo nível da educação dispensada por ele.

Antes da virada do século, as Irmãs da Divina Providência, instalaram-se e criaram a escola para meninas. Ensinavam artes femininas e boas maneiras. Com regime de internato, abrigavam as jovens por determinado tempo, ocasião em que, além de aprenderem as prendas domésticas, como costurar, bordar, cozinhar, o convívio com pessoas que já dominavam a língua lusitana, obrigatoriamente as induzia à conversação, sendo neste sentido, o colégio um grande propagador do português.

Como relata Maria Schürmann Huber em “Memórias de uma imigrante”:

Na região onde morávamos nos primeiros tempos no Brasil (Mosquito Grande - Serrinha), moravam quase só imigrantes alemães de modo que só falávamos alemão, o que despertava preocupação em meu pai que achava que não aprendíamos o português. Realmente, só vim a aprender a língua da nossa nova terra no Internato em Blumenau, onde haviam muitas meninas e moças que não falavam alemão, embora a maioria fosse bilíngüe. As irmãs do colégio eram da Divina Providência, sendo a sede da congregação em Münster, Westfália, da nossa região de origem.

(Blumenau em Cadernos – outubro de 1996 p. 316).

O número de escolas particulares em toda colônia passava de cem e a prática pedagógica, as técnicas utilizadas, o conteúdo ministrado e principalmente o estudo da língua portuguesa e da história do Brasil eram aspectos que não obedeciam a padrões entre si.

A fiscalização oficial existia, mas tornava-se tumultuada, devido as diferenças que imperavam no meio escolar.

As dificuldades e transtornos que aqui enfrentaram os imigrantes, não aniquilaram ou fizeram esquecer princípios vivenciados e aprovados na terra natal. O sentimento de cooperativismo, associações e sociedades comunitárias, estavam bem presentes entre eles, até mesmo para atenuar, as dificuldades do seu cotidiano.

E a solução para a falta destes padrões nas escolas particulares foi criar uma “Associação das Escolas e Professores de Blumenau” “(*Lehrer und Schulverein der Kolonie Blumenau*)”. Esta associação, datada de abril de 1900, facilitava a aquisição de material escolar, promovia eventos para crianças, orientava os professores nos métodos técnicos e instituiu um serviço de assistência aos professores em caso de doença e na sua velhice.

A entidade ganhou força e respeito, publicando mensalmente relatos de professores que, pelas suas experiências e conhecimento de causa muito auxiliaram

aos que isolados na sua prática, ansiavam por novidades. O periódico recebeu o nome de “*Mitteillungen*” e foi publicado de janeiro de 1906 até 1918, quando a Primeira Guerra Mundial e a situação geral entre os dois países impediram que a publicação tivesse continuidade.

No governo de Vidal Ramos, houve a criação de grupos escolares e escolas públicas nas principais cidades do estado e Blumenau foi premiada com o Grupo Escolar Luiz Delfino inaugurado em 1913.

Com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra e não sendo aliado à Alemanha, medidas enérgicas foram adotadas. As escolas públicas (8) e o grupo escolar não sofreram sanções, pois ensinavam em português, enquanto que as particulares, tanto as comunitárias quanto as paroquiais foram fechadas para uma verificação. O jornal “*Mitteillungen*” deixou de ser publicado e o seu órgão responsável “Sociedade Escolar de Santa Catarina” foi fechado. Em outubro de 1917, a lei 1187 previa a obrigatoriedade nas escolas particulares, do ensino da “Linguagem, História do Brasil, Educação Cívica, Geografia do Brasil e Cantos e Hinos Patrióticos”, em vernáculo. Sob as normas da lei, as escolas particulares reabriram e para facilitar a ação dos professores, habilitando e orientando-os para esta nova fase do ensino teuto-brasileiro, Frei Estanislau Schætte e o diretor da ‘Escola Nova’, Dr. Herbert Koch organizaram um projeto que visava a união do professorado, a fim de defender os seus direitos, orientando-os e adequando-os a nova lei e às determinações do poder público.

Escolas particulares que ministrassem o ensino exclusivamente no idioma português, passaram a ser custeadas pelo governo federal, em convênio com o estado. Assim, tinham um poder maior de fiscalização, e para que tal acordo viesse a ser cumprido, Orestes Guimarães, técnico paulista, foi designado inspetor.

Os imigrantes que para Blumenau dirigiram-se no começo do século XX, tinham um grau de instrução muito maior do que os primeiros. Estes últimos vieram com o firme propósito de se tornarem proprietários de terras e conforme fosse, até latifundiários, tendo a agricultura como objetivo único. E os alemães que aqui chegaram após a primeira guerra, por exemplo, vinham com conhecimento mais apurado e técnico, para a implantação de indústrias, principalmente no ramo têxtil. Assim, o historiador José Ferreira da Silva, aborda este contexto histórico de forma bem peculiar quando relata que:... as escolas particulares passaram a reflorescer, alcançando e ultrapassando mesmo de muito o

elevado grau de desenvolvimento atingido antes da primeira grande guerra. Blumenau crescia na sua agricultura, no seu comércio e nas suas indústrias. O ensino primário acompanhava esse extraordinário progresso, o particular muito mais que o público, mas este, também muito mais acelerado em comparação aos decênios anteriores.

(1988, p.256).

A extensão territorial do município de Blumenau era muito grande, o que dificultava a fiscalização das inúmeras escolas comunitárias e paroquiais localizadas no interior. Na época da troca do governo em 1930, Blumenau estava desfrutando de um sistema educacional dos mais propícios, tendo cinquenta e cinco escolas estaduais e cento e trinta e quatro particulares, num total de doze mil alunos matriculados.

Embora relatórios afirmassem que o ensino público, como também o da língua vernácula, estivessem bem divulgados, a “*Neue Schule Altona*”, no período de 1930 a 1934 sob a direção do Prof. Humpl, ministrava aulas de português somente duas vezes por semana e os dias restantes somente em alemão.

Para ter-se uma concepção mais apurada deste momento histórico, o referido professor chegou a traduzir o Hino Nacional Brasileiro para o alemão. Os depoimentos riquíssimos sobre o assunto são de Guertha Setter e Lilly Link, irmãs da família Knaesel e alunas do professor. A letra da primeira estrofe do Hino Nacional foi fornecida por elas:

*Es hörten die stillen Ufer des Ipiranga
von einen Heldenvolk den tapferen Schrei
Die Sonne der Freiheit strallte am hellen Himmel in diesen Moment
Geliebte Heimat sei gegrüsst*

As aulas de canto eram acompanhadas ou pelo professor com seu violino ou pela sua esposa que tocava piano, mas a letra das músicas na grande maioria era em alemão. Realmente, elas tinham aula em português, mas a língua alemã era a dominante nas brincadeiras, no convívio familiar, na escola dominical, no culto religioso, nas reuniões escolares e nos encontros culturais como ensaios do coral, etc.

Nilson Cessar Fraga, escreve que em certos locais, como Ibirama, município vizinho de Blumenau, mas que no começo do século XX não se encontrava desmembrado ainda, chegou-se a fazer concurso para a escolha de um Hino teuto-

brasileiro. O pastor e professor Paulo Aldinger foi um dos premiados e o seu hino foi cantado em todas as escolas particulares de Ibirama, das quais ele era inspetor.

Um trecho da letra era assim: “*Nun singt dem neuen heimatland, Brasilien zu ehren...*” (Cantai a nova pátria, em homenagem ao Brasil). (Blumenau em Cadernos, outubro de 1996, p.304).

Havia entre a população uma grande gratidão pela nova terra, cuja demonstração sempre foi explícita, mas o domínio da língua portuguesa desde o começo da colonização também sempre foi um grande empecilho para externarem seus sentimentos. Como exemplifica a Dra. OLIVEIRA: “O bilingüismo ou a competição entre a língua de origem e a nova definem a construção da identidade do imigrante como um novo brasileiro ou como um estrangeiro que vive e trabalha na nova terra. A manutenção da língua materna, as dificuldades de comunicação com a nova sociedade, os conflitos lingüísticos entre os mais velhos e a nova geração, entre pais e filhos, marcam também o fenômeno da imigração. O desejo de ser bilíngüe se apresenta como meio de o imigrante se tornar brasileiro e ascender socialmente”. (2001, p. 12.).

As mudanças político-administrativas impostas pelo novo governo de Getúlio Vargas, fizeram com que os municípios viessem a colaborar mais efetivamente com a nacionalização. E os reflexos recaíram sobre a educação, momento em que várias escolas particulares foram transformadas em municipais. Em 1936, o vasto município de Blumenau foi subdividido em vários outros, certamente para facilitar e concentrar mais a ação fiscalizadora sobre as escolas comunitárias e paroquiais que tinham sua estruturação e funcionamento sob caráter particular.

Com o novo período ditatorial, iniciado em 1937, as medidas tomadas em relação ao ensino, foram mais drásticas e vários decretos publicados dificultaram a abertura de novas escolas particulares, bem como o funcionamento das já existentes. O número de escolas públicas já ultrapassava o de particulares, sendo que em 1938, todas as escolas privadas que tinham o seu ensino em língua estrangeira ou bilíngüe, foram fechadas por decreto federal. “O imigrante se torna representante potencial do inimigo externo e passa a representar um perigo para a nação”, como coloca OLIVEIRA. (2001, p. 19).

Ficaram proibidos os nomes de escolas e outras instituições de ensino em língua estrangeira. A “*Neue Schule*”, Escola Nova passou a chamar-se D. Pedro II em

homenagem ao imperador, que muito auxiliou a educação no município, durante seu império. Seu diretor e professores foram substituídos por pessoas aliadas aos nacionalistas. A “*Neue Schule Altona*” reabriu em 1939 com o nome de “Grupo Escolar Machado de Assis”.

A população infantil do interior foi a mais prejudicada, vez que, na sede do município, a existência da escola pública já era uma realidade há muito tempo, enquanto nos arredores, a grande vilã da estória continuava sendo a língua portuguesa. O que, para Camões, era a “Última flor do Lácio, inculta e bela”, para ela representava um empecilho nas suas humildes vidas de camponeses. A língua portuguesa nunca foi negligenciada pelo imigrante, ao contrário, ele sabia que para se inserir no mercado de trabalho, nas atividades econômicas e na vida da sociedade receptora, havia necessidade de profundas mudanças, e o seu sucesso estava diretamente atrelado ao domínio da língua lusitana.

3.3 Material Didático

A carência e a necessidade de material didático, principalmente os livros, antecedeu a implantação das escolas. Na obra, *Um Alemão Nos Trópicos*, o próprio fundador, Dr. Blumenau, recomendou aos colonizadores que estavam se preparando para emigrarem, que não esquecessem deste precioso material.

“As famílias não devem esquecer de trazer material para o ensino escolar de seu filho, principalmente os indispensáveis livros de leitura, escrita, aritmética, religião e meditação, pois aqui é difícil obtê-los no idioma alemão e gasta-se muito tempo e dinheiro para encomenda-los. Os livros instrutivos e de lazer são um verdadeiro tesouro na vida sossegada dos imigrantes. O interesse pela leitura é grande, tornando-se um dos passatempos preferidos à noite e aos feriados,... (p. 229) .

Os livros didáticos, utilizados nas primeiras décadas, nas escolas improvisadas, foram àqueles trazidos pelas próprias famílias, ou pelos professores que já vinham ao Brasil destinados para esse fim. Wilhelm Rotermund foi encaminhado ao Brasil como pastor evangélico para colaborar nas atividades pastorais da Colônia Alemã de São Leopoldo (R S) Filho de professor, já com experiência em escolas rurais da Alemanha, não conseguiu ficar alheio ao sistema escolar local, e buscou para si a grande responsabilidade da elaboração do material didático. Como cita KREUTZ, referindo-se a Rotermund em relação ao contexto sócio educativo brasileiro.

“No Brasil não encontrou uma política educacional do livro didático nem por parte dos governantes em relação à escola pública nem por parte dos imigrantes”.

“Oito anos após sua chegada, com o nome de” *Fibel für deutsche Shulen in Brasilien*, Rotermund e Nack, lançaram a”*Cartilha para Escolas Alemãs no Brasil*”, elaborada em São Leopoldo e impressa em Leipzig na Alemanha, conjugando assim as suas metas religiosas com o ensino da leitura e da escrita particularizando a realidade local e regional. Em 1879, o autor, acrescentou um anexo intitulado, *A orthoepia da lingua portugueza,(sic)* cujo objetivo principal era o de ensinar a pronúncia correta do português aos imigrantes alemães.

Sendo o livro didático idealizado e construído por pessoas envolvidas com o processo ensino aprendizagem e conhecedores da importância e necessidade da alfabetização, inicialmente na língua materna, dos filhos de imigrantes, Wilhelm Rotermund e Nack, ultrapassaram divisas estaduais e suas obras passaram a ser

utilizadas também nas escolas alemãs do Vale do Rio Itajaí. Seus materiais foram largamente difundidos, tendo a primeira cartilha com o seu anexo obtido dezoito reedições, até o ano de 1930.

No que tange a produção de material didático, um aspecto faz-se necessário ressaltar. Algumas cartilhas foram editadas, tanto na escrita gótica, como no alfabeto latino. Tem-se conhecimento também, da elaboração, em que ambos foram editados juntos. O livro utilizado por Willy Setter, neto de imigrantes, para as aulas de religião, era *Religionsbuch für evangelische Schulen in Brasilien*, (Livro de Religião para Escolas Evangélicas no Brasil), do Pastor Hermann Dohms, editado em 1909 na cidade alemã de Lübeck, apresenta os dois alfabetos concomitantes, muitas vezes, até na mesma página. O mesmo aluno relata que o seu livro de português chamava-se “Nossa Pátria” e na capa tinha dois alunos, um menino e uma menina, segurando a bandeira nacional. O livro de história era composto de perguntas e respostas, as aulas de geografia eram enriquecidas, com mapas de Santa Catarina, do Brasil e dos cinco continentes. Um pequeno dicionário de português e alemão complementava seu material didático.

O ensino do alfabeto gótico pode ser interpretado como um conhecimento inútil, ou até mesmo um aprendizado de luxo para a época, porém, analisando historicamente o objetivo principal de Lutero, ao traduzir a Bíblia do latim para o alemão, tem-se a fundamentação deste ensino, pois até hoje nas igrejas evangélicas luteranas, encontram-se hinários com a escrita gótica, isto sem ressaltar a própria Bíblia.

Pelos exemplares já catalogados, o material didático elaborado por Rotermund foi de grande valia às escolas teuto-brasileiras, demonstrando não só a sua competência, como também a grande preocupação com a revisão do mesmo. O professor, que sentia entre a sua formação na Alemanha, e a realidade profissional no Brasil, um grande vazio encontrou neste material, não só o apoio didático, mas o alicerce para toda a sua ação pedagógica.

A Escola Nova Alemã, localizada em área central da colônia, segundo LUNA, utilizou livros tanto para as escolas Teuto-Brasileiras, como aqueles destinados às Escolas Públicas. Assim, para o ensino do português, é possível relacioná-los, como especificou o autor, p. 140:

* G. A. Buchler (1914). Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen. Blumenau: G. Arthur Koehler.

* João Köpke (s/d). 1º Livro de Leitura para o uso das escolas primárias e secundárias. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

* Felisberto de Carvalho (1908). 2º Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

* Alfredo Clemente Pinto (1906). A Língua Materna: primeiras noções de gramática. Porto Alegre: Selbach.

* Alfredo Clemente Pinto (1907). 2º Curso de Gramática: Porto Alegre: Selbach.

Georg August Büchler foi professor titular da disciplina Português na Escola Nova Alemã e a sua obra é específica para as escolas coloniais, a qual apesar de ter sido publicada em Santa Catarina, foi utilizada nas escolas alemãs do Rio Grande do Sul. Seu livro foi, em principio, direcionado ao uso dos professores, embora a sua grande preocupação fosse o aluno, pois considerava que:

“... o Português uma língua estrangeira e, como tal, deve ser ensinada e aprendida. Para ensinar a falar a língua estrangeira, melhor se presta a simples e manifesta linguagem do dia - a - dia. Seria muito incorreto querer ensinar coisas na língua estrangeira às crianças que em sua língua materna elas ainda não compreendem”. (tradução de Luna, p. 150-151).

O Arquivo Histórico de Blumenau, sob o registro de n.º 6.7.9 doc.-03 detém uma carta do professor Arthur Mückler, recomendando o material recebido à outros professores.

Escola da Itoupava Alta, 18 de fevereiro de 1906.

Senhor G. Arthur Koeler!

Blumenau

Após a leitura dos livros de aritmética enviados pelo senhor, só posso afirmar que os mesmos preenchem uma verdadeira lacuna em nossas escolas teuto-brasileiras e que a publicação dos mesmos é excelente. Sua composição fácil e precisa chamou minha atenção e só posso recomendar os mesmos a todos os professores.

Atenciosamente

Mückler-Professor

O sistema escolar entre os imigrantes, foi primeiramente, por parte do governo, incentivado, depois tolerado e no auge do seu desenvolvimento, podado, tanto pela esfera federal como a estadual. Uma seqüência de leis proibiu e impossibilitou a continuidade do processo educacional nas escolas étnicas de todo o Brasil. O decreto 406 de maio de 1938 determinou que todo o material didático fosse editado em português e que nenhum livro texto, revista ou jornal estivesse em língua estrangeira, proibindo também, o ensino da mesma a menores de 14 anos. Os professores e diretores de escolas deveriam ser brasileiros natos. Em dezembro de 1939, assinado pelo presidente, o Decreto 1006 estabelecia que o Ministro da Educação supervisionasse todos os livros usados na rede de ensino elementar e secundário, e com o decreto 3.580 de 03 de setembro de 1941 proibiu-se a importação de livros textos de língua estrangeira para a escola elementar e sua impressão em território nacional.

A precursora de todas estas medidas proibitivas supõe-se ter sido a criação, pelo MEC, em 1.937, do Instituto Nacional do Livro (INL). O Instituto tinha como objetivo, o planejamento de atividades relacionadas ao livro didático, sua produção e distribuição. A crise econômica de 1.929 permitiu que o preço do livro nacional se tornasse competitivo em relação ao importado, contribuindo para a adoção do material pedagógico em português, em detrimento do alemão, que, com o movimento nacionalista, foi banido.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE CRÍTICA

Historicamente, é notório que os movimentos migratórios, mesmo quando não extrapolam geograficamente as fronteiras de um país, sofrem a pressão de dois polos, um que atrai e outro que repele, e estes aspectos têm influência direta sobre este fenômeno social. No Brasil, tem-se como exemplo, o êxodo do nordestino, rumando na sua grande maioria aos estados do sudeste. Neste processo estão embutidos tanto interesses comerciais, quanto, um muito mais sagrado, que é o da sobrevivência. Sujeitaram-se aos subempregos e ao difícil mundo da informalidade e assim, esta valorosa mão de obra, auxiliou no desenvolvimento de São Paulo e na construção de Brasília.

As companhias de navegação das cidades alemãs de Hamburgo e Bremen estavam expandindo seu relacionamento comercial com os países do Novo Mundo, (América do Norte e do Sul) e seus interesses se uniram com o desespero do povo alemão causado pelo desemprego, a falta de terras para a expansão da agricultura e principalmente a falta de perspectiva para uma vida mais próspera e tranqüila para seus descendentes. Sob esta visão social, os povos de língua germânica, constantemente, depararam-se com propagandas que retratavam a América e o Brasil como verdadeiros paraísos, onde a abundância, sob todos os aspectos, imperava. E assim, chegaram e logo se aperceberam que o paraíso estava muito longe daqui e a abundância prometida, dependia, diretamente, da sua força braçal. Pessoas que ansiavam por terra, sendo esta, talvez a única grande dádiva recebida, e viam nela, a esperança de prosperidade aos filhos.

Traçando um paralelo entre o movimento migratório dos nordestinos e o ocorrido no sul do país com os imigrantes europeus, (alemães, italianos) é inegável o benefício que ambos trouxeram para a região.

Tomo a liberdade de acreditar que, jamais grupos de pessoas com características tão diversificadas como: a culinária, o folclore, a religião, a língua e dialetos (sotaques) deveriam sair da sua região (estado) ou mesmo em situações mais extremas, da sua terra natal. As dificuldades enfrentadas e sobrepujadas por eles, certamente os tornaram grandes vitoriosos, mas creio que, se lhes fossem dadas as oportunidades, provariam que os louros também seriam alcançados, sem a necessidade de ausentar-se do torrão amigo.

No caso dos alemães, anos mais tarde, os povos germânicos unificaram-se, formando a Alemanha. A indústria expandiu-se, oferecendo empregos aos jovens que pelo dinamismo, determinação e cooperativismo, forjaram uma nação de destaque na Europa, enquanto que as pequenas colônias localizadas no Brasil, continuavam a implorar às autoridades, provinciais ou federais, escolas adequadas, profissionais qualificados, de preferência bilíngües, estradas e meios para que os próprios alunos conseguissem chegar às escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do ideário iluminista concentram-se transformações radicais em várias situações sociais, culturais, educacionais e religiosas. Nos povos germânicos, o Estado já tinha assumido a responsabilidade da educação e a escola pública já era uma realidade vivenciada entre os imigrantes aportados no Brasil. Além do movimento do iluminismo, o capitalismo estava despontando, principalmente na Inglaterra, com o qual a “mais valia”, disputava grandes interesses econômicos em regiões e países cuja mão de obra iria favorecer grupos interessados.

E sob este contexto social, o advento da emigração inflamou os ânimos do povo alemão, que se encontrava estagnado diante da evolução industrial, bem como as terras destinadas a agricultura eram limitadas, pois a Alemanha encontrava-se ainda dividida em cidades-estado independentes, não oferecendo grandes perspectivas para uma vida digna aos seus filhos.

A realidade brasileira, apesar da fartura da terra, era rude, selvagem, e extremamente contrastante com a que deixaram na sua terra natal. Diferenças alimentares, habitacionais, culturais, religiosas além das doenças tropicais, como a malária, que vitimou muitas pessoas. A educação, precariamente, foi instalando-se com o dinamismo e iniciativa dos próprios imigrantes. Do Estado, pouco auxílio receberam, apesar das inúmeras reivindicações por parte do fundador, primeiramente ao presidente da Província e mais significativamente ao Governo Imperial. As escolas particulares foram surgindo, principalmente no interior da Colônia, mantidas por sociedades de moradores, e para evitar abusos por parte dos professores, foi criado o Estatuto das Escolas Particulares da Colônia de Blumenau, por meio do qual, tentava-se manter um sistema único para estas escolas comunitárias.

O material didático, também foi criado especificando o cotidiano das crianças em território brasileiro. Pela falta de professores bilíngües, alfabetizava-se o aluno em alemão, tendo algumas cartilhas e livros de ensino religioso, os dois alfabetos, tanto o gótico como o latino. Deixava-se o ensino do português para as séries mais avançadas, e isto às vezes, não ocorria, pois a capacidade laboral deste aluno fazia falta na labuta familiar.

As autoridades governamentais não ignoraram o grave problema, que estava se acentuando nas regiões de colonização alemã, porém, a ausência de escolas normais e a necessidade veemente de que o professor fosse conhecedor de ambas as línguas, (português e alemão), até para o seu entrosamento na comunidade escolar, fizeram com que o ensino continuasse, na sua essência, em língua alemã. As poucas escolas públicas mantidas sob verbas provinciais, tinham, por obrigatoriedade, o ensino do português juntamente com a língua alemã. Tendo em vista, a necessidade para transações comerciais com as outras cidades brasileiras; que o idioma oficial do país que os abrigou era o português; tornou-se necessário o estudo e o aprimoramento da nova língua, que viria a ser um fator de sobrevivência para os imigrantes.

Mas, a primeira metade do século XX foi marcada, por duas grandes guerras e no Brasil como consequência, surgiram vários movimentos nacionalistas, inibindo a abertura de novas escolas, restringindo o funcionamento de outras e mais tarde, Getúlio Vargas extinguiu as escolas alemãs. O ensino em língua portuguesa tornou-se compulsório. O material didático em alemão foi proibido. Temendo represálias, os alunos e os professores que dele se utilizavam na sua prática diária o abandonaram. Historiadores, em colaboração com ex-alunos remanescentes deste período, estão tentando resgatar material tão valioso. O objetivo é poder avaliar e analisar como esta prática pedagógica ocorria, pois o contexto geográfico, histórico e social que estava sendo estudado, tinha o Brasil como país de referência e a língua, para tal estudo, não era o português, e sim o alemão.

Na pesquisa realizada, os estudos feitos nos permitem concluir que os alemães, a par de sua história cultural bastante evoluída, trouxeram, alicerçada no seu dinamismo e determinação, a visão de uma grande vitória. De forma inequívoca, contribuíram para o desenvolvimento e engrandecimento de todas as regiões onde se instalaram, em particular, no Vale do Rio Itajaí-Açú.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA ARANHA, Maria Lúcia de. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

BANHA DE ANDRADE, Antônio Alberto. Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa. Lisboa, 1982. In: MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**; tradução Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.p.104.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **A Colônia Alemã Blumenau: na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil = Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien** /Dr. Hermann Blumenau; organização: Cristina Ferreira; tradução Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Editora Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos,

_____ **Um Alemão nos Trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no sul do Brasil = Ein Deutscher in den Tropen: Dr. Blumenau und die Kolonisationspolitik in Südbrasilien**. Organização: Cristina Ferreira, Sueli Maria Vanzuita Petry; Tradução: Curt Willy Hennings, Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999.

CATANI, Denice Bárbara. BASTOS, Maria Helena Câmara. Orgs. **Educação em Revista – A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Editora Escrituras, 1997.

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a Educação. In: FÁVERO, Osmar. (Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823 – 1988**. Campinas, SP: Autores associados, 1996. p. 31 – 53.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos**. 2. ed., ver. aumentada. São Paulo: Cortez, 1993.

KENNETH, Maxwell. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**; tradução Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KREUTZ, Lúcio. **Um pastor elaborando e imprimindo material didático: desvio de função?** WWW.ufpel.tche.br

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. LOPES, Eliane Marta Teixeira. VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. p. 346 –370.

LUNA, José Marcelo Freitas de. **O Português na Escola Alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática – Ensinávamos e aprendíamos a Língua do Brasil**. Blumenau: Editora Furb, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau**. 2 ed. ver. e ampl. Blumenau: Editora da Furb, 1992.

SANTOS RIBEIRO, Maria Luisa. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2000.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Povoamento, Imigração e Colonização: A Fundação de Blumenau e de Joinville**. Joinville: Imprensa Alvorada, 1983.

SCHÜRMAN HUBER, Maria. Memórias de uma imigrante. Blumenau em Cadernos, Tomo XXXVII, n ° 0 7, p.197 – 198, jul.1996.

_____ Memórias de uma imigrante. Blumenau em Cadernos, Tomo XXXVII, n ° 10, p. 316, out. 1996.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a Descentralização da Educação In: FÁVERO, Osmar. (Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823 – 1988**. Campinas SP: Aurores Associados, 1996. p. 55 – 67.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação**. 3 ed. São Paulo: Ibrasa, 1986.